

A GEOGRAFIA ESCOLAR FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: FORMAÇÃO DOCENTE E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.898/2024 EM CURITIBA-PR

Luana Rudy
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
luanarudy@ufpr.br

Pedro Augusto Breda Fontão
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
Programa de Pós-Graduação em Geografia
pedrofontao@ufpr.br

Pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada ao NAPI - Emergência Climática (Fundação Araucária).

Introdução

A emergência climática intensifica os riscos associados às dinâmicas urbanas, resultado de processos de produção do espaço (Santos, 2006), ampliando vulnerabilidades socioambientais. No Brasil, políticas públicas recentes voltadas ao acesso à água, como a Lei nº 14.898/2024, evidenciam a centralidade dos recursos hídricos na discussão sobre desigualdades e risco. Nesse contexto, a educação climática assume papel fundamental na formação de sujeitos capazes de compreender e enfrentar os desafios socioambientais, especialmente no ensino de Geografia.

Objetivos

- Compreender a educação climática no ensino de Geografia.
- Analisar os riscos climáticos e a vulnerabilidade socioambiental no contexto de Curitiba.
- Promover a formação docente a partir da análise de situações-problema.

Área de Estudo

O estudo foi realizado em Curitiba (PR), marcada por inundações, alagamentos e estiagens, que impactam a infraestrutura, o cotidiano escolar e evidenciam desigualdades no acesso à água.

Metodologia

O percurso metodológico articulou teoria e prática, com: discussão da Climatologia Geográfica; análise dos riscos climáticos urbanos (inundações, alagamentos e estiagens); e estudo da vulnerabilidade socioambiental, relacionando produção do espaço, desigualdades e acesso à água, em diálogo com políticas públicas como a Lei nº 14.898/2024. As atividades incluíram exposições, debates e análise de situações-problema no contexto de Curitiba, promovendo a leitura geográfica do território. Como estratégia, utilizaram-se dinâmicas com papel kraft para representar problemas socioambientais e propor soluções coletivas. Como desdobramento, os professores elaboraram propostas pedagógicas para a educação básica, com foco na transposição didática e na articulação entre clima, urbanização e risco. O processo valorizou a construção coletiva do conhecimento, a experiência docente e o território como elementos centrais da formação.

Bibliografia

BRASIL. Lei nº 14.898, de 13 de junho de 2024. Dispõe sobre diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto.
FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresso. *Climatologia: noções básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Análise rítmica em climatologia*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1971.

Resultados

Conforme o primeiro objetivo, observou-se a ampliação da compreensão dos docentes sobre a educação climática no ensino de Geografia, entendida como eixo transversal que articula o estudo dos riscos climáticos à realidade socioambiental dos estudantes; Em relação ao segundo objetivo, evidenciou-se maior articulação entre os conteúdos da Geografia escolar e o contexto socioambiental de Curitiba, destacando a relação entre clima, urbanização e vulnerabilidade, especialmente quanto às desigualdades no acesso à água; Quanto ao terceiro objetivo, verificou-se o fortalecimento da autonomia docente a partir da análise de situações-problema e do uso de metodologias ativas, resultando na elaboração de propostas pedagógicas contextualizadas voltadas à educação climática.

Discussão

A educação climática articulada ao território contribui para a prevenção dos riscos urbanos. A formação continuada fortalece práticas pedagógicas críticas e contextualizadas. A efetivação de políticas públicas depende da mediação escolar, reforçando o papel da educação geográfica.

Conclusão

A educação climática articulada ao território é fundamental para a prevenção e o enfrentamento dos riscos no espaço urbano, permitindo ao ensino de Geografia promover uma leitura crítica das relações entre clima, urbanização e produção do espaço. A formação continuada de professores fortalece práticas pedagógicas críticas e contextualizadas, com uso de metodologias ativas e situações-problema que aproximam os conteúdos da realidade dos estudantes. A efetivação de políticas públicas ambientais e de acesso a recursos depende da mediação escolar, reforçando o papel da educação geográfica na formação de sujeitos críticos diante da emergência climática e das desigualdades socioambientais.